



Senadores cobram ação contra violência que matou prefeita

O assassinato da prefeita Dorcelina Folador, de Mundo Novo (MS), levou vários parlamentares a defenderem ontem no plenário medidas imediatas contra a escalada da violência no país

PÁGINAS 5 A 7



A Comissão de Justiça ouviu o parecer de Fogaça à proposta que altera o processo de edição e apreciação das MPs



Relatório sobre indenização do Basa sai hoje

PÁGINA 11

Fundo contra miséria tem parecer favorável

PÁGINA 3

ORDEM DO DIA

CCJ APROVA E ENVIA AO PLENÁRIO LIMITE ÀS MEDIDAS PROVISÓRIAS

Proposta de emenda constitucional (PEC) que impede a reedição das medidas provisórias pelo Executivo começa a ser examinada hoje pelo plenário do Senado. Ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou substitutivo do senador José Fogaça às alterações feitas pela Câmara na PEC do Senado. Em seguida, o plenário do Senado aprovou requerimento do líder do PFL, senador Hugo Napoleão, que dispensa os prazos obrigatórios para inclusão da proposta na pauta – o que possibilita a sua imediata apreciação.

PÁGINA 8



Presidente argentino convida ACM para posse

O presidente eleito da Argentina, Fernando de la Rúa, convidou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para

a solenidade de posse, que ocorrerá no dia 10 de dezembro. De acordo com o senador, a visita é uma prova de prestígio do Brasil.

PÁGINA 3

Projeto que leva estudante à Amazônia será votado hoje

Programa de extensão universitária em saúde oferece bolsas para quem desenvolver atividades assistenciais junto à população carente

O plenário do Senado vota hoje projeto de lei oriundo da Câmara que cria o Programa Nacional para Atividades de Extensão Universitária em Saúde na Amazônia Legal. Através desse programa, alunos do último ano de graduação ou pós-graduação da área de saúde poderão receber bolsas para desenvolver atividades assistenciais junto à população carente da Amazônia Legal.

A matéria foi examinada pelas comissões de Educação (CE) e Assuntos Econômicos (CAE), obtendo pareceres favoráveis apresentados pelos senadores Jader Barbalho (PMDB-PA) e Jefferson Péres (PDT-AM), respectivamente. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou voto em separado contrário à aprovação da matéria na CAE.

Na Comissão de Educação, Jader acatou duas emendas apresentadas pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), estabelecen-



Jader Barbalho acatou emenda fixando mínimo de dois meses para permanência no programa



Jefferson Péres foi o relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos

do que o período mínimo para a participação no programa será de dois meses. O projeto original fixava apenas o prazo máximo para o exercício das atividades, que é de seis meses. Alcântara também ampliou as fontes financiadoras do programa, que passam a ser, além dos recursos orçamentários da União, outras fontes resultantes de doações ou convênios.

Comissão de Orçamento examina crédito adicional de R\$ 1 bilhão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), reúne-se hoje, às 9h, para deliberar sobre a abertura de crédito suplementar destinado ao reforço das dotações orçamentárias da rubrica contábil "Encargos Financeiros da União", no valor de R\$1,019 bilhão.

Os integrantes da CMO também devem deliberar sobre a abertura de crédito especial em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 76 milhões. Os recursos, de acordo com a ma-

téria em discussão, serão utilizados na ampliação e melhoramentos do Porto de Santos (SP). O senador Romero Jucá (PSDB-RR) é favorável à aprovação, nos termos de substitutivo que apresenta.

Também consta da pauta da comissão projeto que abre crédito suplementar no valor de R\$ 191 milhões em favor de diversos órgãos no Poder Executivo. A matéria foi relatada favoravelmente pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO), que elaborou substitutivo ao projeto original.

Além dessa matéria, o plenário delibera sobre a renovação de concessões e permissões em favor de cinco emissoras de rádio: Rede Comunitária de Comunicações de Santana do Livramento Ltda. (RS); Rádio Clube de Vitória da Conquista (BA); Rádio Colon Ltda. de Joinville (SC); Rádio Difusora de Rio Negro Ltda. (PR); e Andrômeda Radiodifusão Ltda. de Pelotas (RS).

Luiz Estevão debate cinema na TV Senado

A TV Senado exhibe hoje, às 9 e às 21h30, debate entre o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) e a produtora Mariza Leão sobre o cinema brasileiro. No programa, o senador e a produtora concordam com a necessidade de o Estado intervir no mercado de cinema para fazer face ao domínio norteamericano. Para Luiz Estevão, o setor não tem um significado somente cultural, mas também comercial. O senador defendeu seu projeto de taxar em 5% o filme estrangeiro para a formação de um fundo ao cinema nacional.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 1999

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 13/95, cria o Programa Nacional para Atividades de Extensão Universitária em Saúde, na Amazônia Legal; *PDL nº 65/98, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Conquista Ltda., em frequência modulada, em Vitória da Conquista (BA); *PDL nº 71/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Colon Ltda. em Joinville (SC); *PDL nº 74/98, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Comunitária de Comunicações Ltda. em frequência modulada, em Santana do Livramento (RS); *PDL nº 76/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Rio Negro Ltda., em onda média, em Rio Negro (PR); e *PDL nº 136/98, aprova o ato que renova a permissão da Andrômeda Radiodifusão Ltda., frequência modulada, em Pelotas (RS).

COMISSÕES

9h — CPI do Judiciário

Pauta: Apresentação do relatório sobre a condenação sofrida pelo Basa. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

9h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: *PL nº 11-B/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 76 milhões, para os fins que especifica; *PL nº 22/99-CN, abre aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 191 milhões, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento; *PL nº 29/99-CN, abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de encargos financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 1 bilhão; *Mensagem nº 343/99-CN, relatório acerca da execução orçamentária do subprojeto 16.088.0537.1204.0023 — BR-080/GO — Uruaçu — Padre Bernardo, listado no Quadro II anexo à Lei nº 9.789, de 23/2/99. *Plenário nº 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

14h — Comissão para a Erradicação da Pobreza

Pauta: Reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira (5.11.99)

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Segunda-feira (8.11.99)

15h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública sobre o novo regime da previdência com Antônio Neto, presidente da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência (Afi), e Ulisses Riedel, representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

Terça-feira (9.11.99)

11h — Subcomissão do Idoso

Pauta: Audiência pública com os presidentes do Conselho do Idoso de São Paulo, Alfredo Morlini, e Rio Grande do Sul, Reverendo Egon Feldens, com a finalidade de prestar informações e apresentar proposições com relação às ações de seguridade, abrangendo os aspectos econômico, social, cultural, moral e recreativo e atos de assistência e defesa da saúde do idoso. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

17h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública com o ministro Waldeck Ornelas, da Previdência e Assistência Social, com a finalidade de instruir o *PLC nº 46/99, que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual e o cálculo do benefício e altera dispositivos das leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

Quarta-feira (10.11.99)

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *PLC nº 46/99, dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual e o cálculo do benefício e altera dispositivos das leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991; *PLS nº 155/99 — decisão terminativa, altera o artigo 4º da Lei nº 9.732/98; *PLS nº 258/99 — decisão terminativa, dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica, e de defeitos físicos, genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho; *PLS nºs 322/99 e 324/99 — decisão terminativa, acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; *PLS nº 434/99 — decisão terminativa, altera o art. 354 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para aumentar, em cada atividade, a proporcionalidade de empregados brasileiros; *PLS nº 494/99 — decisão terminativa, dispõe sobre o exercício da profissão de taxista; *Aviso nº 31/99, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 635/99, adotada pelo Tribunal de Contas da União na sessão ordinária do plenário de 15.9.99, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam (TC nº 014.640/97-0 e outros); *Aviso nº 5/99, encaminha ao Senado cópia das decisões nºs 545 e 546, de 1999, bem como dos respectivos relatórios e votos que as fundamentam, referentes, respectivamente, a auditorias operacionais realizadas nas administrações do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) nos estados do Paraná, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia, e nas administrações do Serviço Social do Comércio (Sesc) nos estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Distrito Federal, Espírito Santo e Rio Grande do Norte; *Diversos nº 20/98, encaminha ao Congresso cópia da Decisão nº 512/99, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referentes ao cumprimento, pela Caixa Econômica Federal, da Resolução CCFGTS nº 279/98 (alterada pela de nº 295/98, do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)); *PLC nº 28/99, acrescenta dispositivos à CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, instituindo o procedimento sumariíssimo no processo trabalhista; *PLC nº 113/95, dispõe sobre o processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa; e *PLC nº 31/97, revoga o parágrafo único do art. 442 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Criação de fundo contra a miséria tem parecer favorável

Senador Lúcio Alcântara relata emenda constitucional na CCJ e ressalta importância da proposta de Antonio Carlos Magalhães

A proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza recebeu parecer favorável do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Alcântara comunicou ontem ao plenário o envio do parecer à CCJ, ressaltando a importância das idéias contidas na PEC, de autoria do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

A PEC determina a mudança na destinação dos recursos arrecadados por meio de vários tributos para projetos contra a pobreza a serem geridos de preferência pela sociedade civil, com apoio e supervisão governamental.

Alcântara disse que o parecer se baseia em amplo levantamento a respeito das causas da pobreza e das soluções estabelecidas em outros países em relação ao mesmo pro-



blema. Ele estudou, por exemplo, o plano do governo inglês para reduzir a pobreza nos próximos 20 anos. Descobriu que naquele país foram estabelecidos cerca de 40 indicadores para medir o empobrecimento, segundo critérios como habitação, emprego e assistência a idosos. A partir desses indicadores, o governo da Inglaterra constatou que nos últimos anos aumentou o número de crianças pobres, principalmente aquelas nascidas em lares onde o pai ficou desempregado ou a mãe criava os filhos sozinha. Isso demonstra, segundo Alcântara, que erradicar a pobreza exige arranjos complexos e um trabalho árduo:

– Felizmente o Congresso Nacional está decidido a tomar medidas para erradicar a pobreza no Brasil. O meu parecer é uma contribuição ao debate em torno desse tema – disse o senador.

Essa programação estava prevista para ter início ainda hoje, mas foi adiada. Ficou mantida a viagem a São Paulo nos dias 11 e 12, quando os parlamentares devem conhecer a Cooperativa dos Catadores de Papelão, no bairro de Pinheiros, e a Comunidade São Martinho, no bairro de Belém.

Comissão acerta roteiro de visitas ao entorno do DF

A Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza reúne-se hoje, às 14 horas, para deliberar, entre outras matérias, sobre o calendário de visitas a cidades localizadas na região do entorno de Brasília.

Essa programação estava prevista para ter início ainda hoje, mas foi adiada. Ficou mantida a viagem a São Paulo nos dias 11 e 12, quando os parlamentares devem conhecer a Cooperativa dos Catadores de Papelão, no bairro de Pinheiros, e a Comunidade São Martinho, no bairro de Belém.

Senado autoriza União a garantir empréstimos para reforma agrária

A pedido do presidente da República, o Senado autorizou ontem a União a conceder garantias em operações de crédito e financiamento de projetos de estruturação de assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, sem as garantias exigidas pela Resolução 96 do Senado. A matéria agora vai a promulgação.

A autorização deverá ser exercida no prazo máximo de 270 dias, contados da data da publicação da resolução. De acordo com a resolução aprovada, essas operações deverão observar as condições financeiras definidas pelo Conselho Monetário Nacional, inserindo-se no regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O Senado determinou também que a Secretaria do Tesouro Nacional encaminhe, trimestralmente, para conhecimento da Comissão de Assuntos Econômicos, relatório analítico, detalhado por regiões, contendo informações acerca dos valores dos créditos e das garantias concedidas, indicando a relação dos valores financeiros efetivamente assumidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Fundo Constitucional



Luiz Otávio relatou projeto e disse que ele poderá gerar empregos e aumento da produção agrícola

do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Relator da matéria na CAE, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) classificou o projeto como da maior importância, lembrando que a reforma agrária é um problema que vem preocupando o país ao longo dos anos. Para ele, a autorização para o governo conceder garantias a esses financiamentos resultará em absorção de mão-de-obra e aumento da produção agrícola. A senadora Marina Silva (PT-AC) também defendeu a aprovação da matéria, por seu alcance em favor da reforma agrária, da agricultura familiar e do atendimento de famílias assentadas.

Cabral aplaude atitude cívica do padre Marcelo

Ofato de 600 mil pessoas haverem cantado o Hino Nacional no ato litúrgico realizado na terça-feira em São Paulo, sob o comando do padre Marcelo Rossi, emocionou o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que viu o episódio como uma das mais belas atitudes cívicas que já presenciou no país.

Cabral disse que assistiu por duas horas ao maior ato religioso já ocorrido em São Paulo e que, sendo católico, consideraria aquela apenas uma cerimônia a mais, embora muito bem coordenada, não fosse a iniciativa do padre Marcelo:

– Esta atitude calou-me profundamente porque deu a entender que é possível chamar o civismo do povo quando ele está, infelizmente,



Cabral emocionou-se com 600 mil cantando o Hino Nacional

decrecendo. Quando isso acontece, quando se perde a noção de pátria, quando ela passa a não ter nenhum simbolismo, o que se nota é isso: que a cada dia nós, brasileiros, parecemos ter vergonha de haver nascido no nosso país.

Cabral ressaltou que ele e o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) foram alunos do Ginásio Amazonense Pedro II, hoje colégio estadual, quando todas as quartas-feiras o Hino Nacional e o Hino à Bandeira eram cantados e a bandeira hasteada. “Mas o civismo foi desaparecendo e hoje, inclusive, nas grandes competições mundiais, sobretudo no futebol, são poucos os jogadores que sabem cantar o Hino Nacional”, disse Bernardo Cabral.



A visita do presidente eleito da Argentina é prova do prestígio do Brasil, disse Antonio Carlos

De la Rúa convida ACM para sua posse

O presidente eleito da Argentina, Fernando de la Rúa, convidou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para a solenidade de posse, que ocorrerá no próximo dia 10 de dezembro. De acordo com o senador, a visita do presidente eleito, logo após o pleito e antes da posse, é uma prova de prestígio do Brasil. “Brasil e Argentina têm que marchar juntos. Isso é que é importante”, assinalou o presidente do Senado. Durante o encontro,

o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) entregou a De la Rúa uma cópia em espanhol do seu projeto de renda mínima.

Para Antonio Carlos, o fato de a Argentina ter eleito um candidato de esquerda não influirá nas relações entre os dois países. “Foi um ato democrático do povo argentino e as mudanças na política são normais”, afirmou.

Sobre a demissão do diretor financeiro do DNER, determinada

pelo ministro dos Transportes, Eli-seu Padilha (PMDB), o presidente do Senado disse que este é apenas o primeiro passo e que as denúncias de corrupção precisam ser esclarecidas. Antonio Carlos frisou, no entanto, que esse é um problema do PMDB e do governo. Quanto à necessidade de explicações de Padilha ao Congresso, observou que essa deve ser uma iniciativa do próprio ministro ou do presidente, “que é o seu chefe”.

Metrô de Salvador terá US\$ 150 milhões do Bird

Empréstimo foi autorizado ontem pelo plenário, que também deu seu aval à contratação de financiamento de US\$ 62,5 milhões, junto ao Banco Interamericano, para o Programa do Patrimônio Histórico Urbano

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução autorizando a União a contratar empréstimo externo no valor de até US\$ 150 milhões, junto ao Banco Mundial (Bird), para o financiamento parcial do projeto de descentralização do Sistema de Trens Metropolitanos de Salvador (BA). Também autorizou empréstimo de US\$ 62,5 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para o Programa do Patrimônio Histórico Urbano (Monumenta). As duas decisões vão agora a promulgação.

Referindo-se à primeira operação, o senador Paulo Souto (PFL-BA) destacou a importância turística de Salvador e a necessidade de aquela capital melhorar seu transporte público. Para ele, o empréstimo consolida o resgate de uma dívida do governo federal para com uma cidade que já foi capital do país.

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) discordou da política governamental concernente a obras de infraestrutura. Ele lembrou que o BNDES foi criado para alavancar recursos destinados a obras de infraestrutura, mas observou que, para construir o metrô de Salvador, o Brasil se endivida junto ao Banco Mundial. E lamentou que o BNDES não financie obras como essa, embora empreste a empresas americanas que enviam lucros para o exterior.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) louvou a aprovação da matéria e disse que Salvador oferece às demais capitais o exemplo do que a administração pública eficiente pode fazer por uma cidade. Ele elogiou o trabalho feito pelo presidente do Senado quando governou a Bahia.

Observando que o projeto tramitou rapidamente, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quis informações sobre a comissão de 1%, equivalente a US\$ 1,5 milhão, prevista na operação. O relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Bello Parga (PFL-MA), disse que a operação teve parecer favorável da Procuradoria da Fazenda e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Na autorização para a contratação do empréstimo de US\$ 62,5 milhões para o financiamento do Programa do Patrimônio Histórico Urbano, o Senado reconheceu que a medida será importante para a restauração e preservação de sítios históricos e culturais, assim como de monumentos isolados.



O empréstimo do Banco Mundial ao Sistema de Trens Metropolitanos de Salvador, aprovado ontem em plenário, permitirá o financiamento parcial das obras do metrô da capital da Bahia

Rejeitado projeto que estendia aos pais o direito às creches

O Senado rejeitou ontem projeto destinado a alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para determinar que o direito de manter o filho sob assistência de creche mantida pelo empregador fosse transferido para o pai da criança, em caso de separação conjugal. A CLT prevê atualmente que o local para a guarda da criança é obrigatório apenas nas empresas com mais de 30 funcionárias.

O objetivo do projeto era mudar o vocábulo “funcionárias” para o masculino e, assim, estender aos pais o direito de levarem filhos pequenos para a creche. Contra a aprovação da matéria, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) alegou que o Senado fez um grande esforço para incentivar as micro e pequenas empresas, sendo um contra-senso exigir que elas, desde que tenham mais de 30 empregados, mesmo sendo todos homens, sejam obrigadas a instalar uma creche.

A senadora Marina Silva (PT-AC) defendeu a iniciativa, dizendo que, embora a maternidade seja uma bênção exclusiva da mulher, a amamentação envolve a ação solidária do pai. Para ela, o projeto invocava um conceito moderno de responsabilidade materna e paterna. O senador Romero



Hugo Napoleão pediu reflexão dos senadores sobre efeitos em pequenas empresas

Jucá (PSDB-RR) também definiu a iniciativa como uma conquista.

Já o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) pediu a reflexão dos senadores para a hipótese de uma empresa com apenas 30 homens no quadro de pessoal ser obrigada a ter uma creche. Ele lembrou que a Constituição privilegia o acordo entre patrões e empregados, devendo o Estado manter-se fora dessa relação.

Na mesma sessão, o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, anunciou a retirada de pauta de projeto destinado a aprovar modificações no convênio que constituiu o Banco Africano de Desenvolvimento. Isso porque, conforme notou o senador Roberto Requião (PMDB-PR), o texto do acordo veio redigido em inglês.

Votação da lei de informática torna MP sem efeito, diz ACM

Esclarecendo dúvida do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou ontem que a votação do projeto que prorroga o regime especial a que estão sujeitas as empresas de informática tornará sem efeito a medida provisória editada pelo governo a respeito do assunto.

Pedro Simon estranhou que, estando sujeito ao estudo de uma comissão específica, o projeto seja atropelado por essa MP enviada pelo governo. “Isso ainda não tinha acontecido – o governo baixar uma MP enquanto o projeto ainda está tramitando”, alertou ele, para indagar: “E o que acontece com o Congresso numa situação dessas?”

O presidente do Senado explicou que o governo editou a MP prorrogando a vigência da lei de informática para que não houvesse um vazio legal. “Entretanto, nós

vamos votar a lei de informática e ficará sem efeito a MP do governo. Então, é só votarmos a lei no prazo estabelecido, sem a pressa que a urgência dava ao projeto”, afirmou ele.

Antonio Carlos Magalhães disse assumir a responsabilidade de não querer pareceres verbais na votação de uma lei de informática. Ele observou que, tendo levado tanto tempo tramitando na Câmara, não seria justo que a matéria fosse votada de afogadinho no Senado.

“Acho até que deveríamos ter como norma um prazo de 25 a 30 dias para votarmos matérias que viessem da Câmara”, sugeriu ainda. E anunciou que, com a concordância do plenário, se dirigirá ao presidente da Câmara para comunicar que o Senado não votará mais nenhuma matéria em regime de urgência com pareceres verbais.

Renovadas as concessões de emissoras de rádio e TV

O Senado aprovou ontem atos renovando as concessões deferidas às seguintes emissoras: Rádio Estância, para atuar em onda média em São Lourenço (MG); FM Cidade dos Passarinhos, para atuar em frequência modulada em Arapongas (PR); Rádio Difusora Caxiense, para atuar em onda média em Caxias do Sul (RS); e Gazeta do Espírito Santo – Rádio e TV, para explorar serviços de som e imagem em Vitória (ES).

Senado aprova pesar por morte de prefeita de MS

O plenário do Senado aprovou ontem dois requerimentos, apresentados pelos senadores Ramez Tebet e Eduardo Suplicy, para inserção em ata de votos de pesar pelo assassinato da prefeita de Mundo Novo (MS), Dorcelina Folador, ocorrido no último sábado. Serão enviadas condolências à família, à Câmara municipal da cidade e ao estado de Mato Grosso do Sul.

Tebet fez uma defesa emocionada da homenagem à prefeita. “O Brasil inteiro veste luto pela morte covarde de que foi vítima uma prefeita corajosa. A população não agüenta mais tanta violência e, principalmente,



tanta impunidade.”

Em nome do PT, partido de Dorcelina, Suplicy enumerou as realizações de sua administração em Mundo Novo e anunciou a união de esforços dos governos estadual e federal para a resolução do crime. “O governador de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, garantiu empenho das polícias Militar e Civil. Em reunião com parlamentares do PT, o ministro da Justiça, José Carlos Dias, prometeu o apoio da Polícia Federal na elucidação do crime”, afirmou Suplicy.

Tebet afirma que assassinato agride a nação inteira

Ao defender a aprovação do voto de pesar pela morte da prefeita de Mundo Novo (MS) Dorcelina Folador, assassinada a tiros na semana passada, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que ela foi vítima de um “assassinato covarde”.

Na opinião dele, o crime contra “uma prefeita que tinha mais de 80% de apoio popular representada, também, uma agressão a toda a população”.

Ramez Tebet prosseguiu:

– Há uma onda de violência no país e, o que é pior, acompanhada de impunidade. Na CPI do Judiciário vejo casos daqueles que têm a responsabilidade de sentenciar se omitirem e até tirar da cadeia os que deveriam mandar para lá.

O senador por Mato Grosso do Sul disse que teve a oportunidade de conhecer a prefeita e acompanhá-la a dois ministérios em Brasília, reivindicando verbas para seu município.

– Era uma pessoa de bem, que tombou pela ação de criminosos covardes, a mando do contrabando ou do tráfico de drogas que tanto ela combateu – indignou-se o parlamentar.



Ramez Tebet responsabilizou o contrabando e o narcotráfico pelo assassinato da prefeita



Polícias Federal e estadual vão se juntar para apurar o crime, informa Eduardo Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que a Polícia Federal e a Polícia Militar de Mato Grosso do Sul vão apurar em conjunto a responsabilidade pelo assassinato da prefeita de Mundo Novo. A participação da PF foi garantida ontem pelo ministro da Justiça, José Carlos Dias, em reunião da qual participaram, além de Suplicy, a senadora Marina Silva (PT-AC), os deputados federais José Genoíno (PT-SP)



Suplicy destacou as realizações da prefeita de Mundo Novo

e José Dirceu (PT-SP).

O ministro conversou por telefone durante 20 minutos com o governador de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT. As duas autoridades acertaram os detalhes para a atuação em conjunto das polícias Federal e Militar.

Falando sobre a atuação da prefeita, Suplicy destacou que Dorcelina sempre foi solidária aos excluídos e demonstrou ser possível governar com honestidade, transformando escassos recursos

em programas que mudaram a qualidade de vida da população de Mundo Novo.

– Quando ganhou a eleição, Dorcelina encontrou a prefeitura com enormes dificuldades, os vencimentos dos funcionários atrasados por oito meses, quase sem recursos. Em pouco tempo, ela colocou as finanças em ordem, introduziu o orçamento participativo, instituiu o programa bolsa-escola, criou a Casa da Gestante, a Casa da Terceira Idade e outros projetos, que fizeram com que ela obtivesse 83% de aprovação à sua gestão – relatou Eduardo Suplicy.

Simon sugere ação conjunta do Executivo, Legislativo e Judiciário

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) considerou que a gravidade do crime cometido contra a prefeita de Mundo Novo (MS), Dorcelina Folador, exige muito mais do que um voto de pesar. “Que ação pode ser desenvolvida para evitar que semelhantes crimes continuem ocorrendo no país?”, perguntou. Para o senador, as instituições brasileiras estão sendo postas à prova, pois o crime organizado “já impera em alguns estados, onde é mais forte que o próprio Estado”.

“Mas que medidas tomar, além de registrar um voto de pesar?”, perguntou novamente. E respondeu: “A mim parece que os fatos atingiram tal magnitude que o presidente deveria convocar o Congresso e o Judiciário para articular uma resposta concreta”.



Crime organizado “já impera em alguns estados”, afirmou o senador Pedro Simon

Senadora recomenda aparelhamento da polícia

A necessidade de se deflagrar uma ação conjunta entre o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, a Procuradoria da República e os governos dos estados, incluindo os seus órgãos policiais, para combater o crime foi ressaltada ontem pela líder do Bloco Oposição, senadora Marina Silva (PT-AC), ao analisar o assassinato da prefeita de Mundo Novo, Dorcelina Folador, e a onda de violência atualmente enfrentada no país.

Para a parlamentar, um passo pode ter sido dado nessa direção: o compromisso assumido ontem pela manhã pelo ministro da Justiça, José Carlos Dias, em encontro realizado com algumas das maiores lideranças nacionais do Partido dos Trabalhadores, de determinar à Polícia Federal que participe das investigações sobre a morte da prefeita de Mundo Novo.

A senadora entende que o país atravessa um momento grave, que exige das autoridades “uma resposta firme e eficiente”.

Marina Silva entende que essa ação só será bem sucedida se a Polícia Federal e os órgãos policiais dos estados estiverem adequadamente aparelhados para enfrentar a criminalidade. Por isso, ela defende a destinação de recursos para que as polícias estaduais e a Federal “possam contar com os meios necessários para fazer a grande operação de que o país precisa, sob pena de nos tornarmos reféns dos narcotraficantes”.

Crime desafia poder constituído, diz Marina

Ao discursar em nome da liderança do PT sobre o assassinato da prefeita de Mundo Novo (MS), Maria Dorcelina Folador, morta no sábado, a senadora Marina Silva (AC) afirmou que é hora de pôr fim aos abusos cometidos pelos criminosos. "Não se trata, apenas, de mais um assassinato no país, mas de um episódio em que alguém pagou com a



Marina: chega de lamentar novos "heróis mortos"

vida a ousadia de combater ilícitos como contrabando de veículos, prostituição infantil e narcotráfico."

Marina manifestou sua confiança na parceria das polícias Federal, Militar e Civil para descobrir os culpados pela morte da prefeita. "Dessa vez não foi uma disputa de poder entre prefeito e vice. Foi um nítido confronto entre o

poder político constituído e os bandidos e traficantes", afirmou ela.

A senadora pelo Acre lembrou que a prefeita, em reunião do partido realizada no Congresso Nacional, afirmou estar sendo ameaçada de morte. "Não podemos ficar sempre lamentando heróis mortos, precisamos mantê-los vivos para trabalhar pelo país e pela população. Vamos atacar os males pela raiz, sem radicalismo, mas com muita energia e determinação", concluiu.

Saturnino faz alerta para o aumento da violência no país

Para o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), o caso da prefeita de Mundo Novo é mais uma demonstração da "escalada da violência no país". Usando a si mesmo como exemplo, Saturnino disse que foi, recentemente, vítima da ação de criminosos que invadiram sua própria casa, no Rio de Janeiro.



Saturnino: causas são "arrocho fiscal e inoperância da polícia"

– Não há recanto do Brasil que não esteja marcado pela violência. Aonde vamos parar? – questionou o senador, para quem a prefeita

Dorcelina Folador era uma "figura admirável, muito querida e que chamava a atenção dos brasileiros em busca de novas referências no cenário político".

Na análise de Roberto Saturnino, o assassinato dela está relacionado à "inoperância da polícia, mas também ao arrocho fiscal que tira recursos das mãos dos governadores". Ele pediu ao Congresso que vá fundo nas investigações que está fazendo sobre o crime organizado.

Arruda pede "imediate e cabal" apuração dos fatos

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), pediu uma imediata e cabal investigação do assassinato de Dorcelina Folador, prefeita de Mundo Novo (MS). "Crimes como esse não podem acontecer e ficar impunes. É anseio de toda a sociedade brasileira ver episódios violentos como esse apurados com energia e eficiência".



José Roberto Arruda: "Crime contra a democracia brasileira"

Arruda afirmou que o Brasil vive tempos de democracia plena, estado de direito e liberdade de ex-

pressão. "Esse não foi apenas um assassinato contra uma mulher corajosa que perseguia seus ideais, foi um crime contra a própria democracia brasileira."

O senador manifestou confiança no empenho das polícias Federal, Militar e Civil, que estão se unindo na investigação desse crime. "É preciso apurar todos os fatos e pessoas envolvidos, investigar a fundo toda a verdade e entregar os acusados e as evidências à Justiça e ao Ministério Público", finalizou Arruda.

Agnelo vê fracasso do sistema político

Ao registrar seu apoio ao voto de pesar pela morte da prefeita de Mundo Novo (MS), Dorcelina Folador, o senador Agnelo Alves (PMDB-RN) observou que a ocorrência de crimes semelhantes aponta para "um fracasso do sistema político e um triunfo do crime". Mesmo que os criminosos sejam pegos, disse, "em 15 ou 20 dias estarão soltos".

"Tanto há um fracasso do sistema político", argumentou Agnelo Alves, "que as estatísticas da punibilidade simplesmente não existem, assim como as da impunidade, para que não se saiba a quantos o crime compensou".



Agnelo Alves: impunidade mostra que crime compensa



Cândido: PT é de novo o alvo de homicídios

"Nosso partido foi mais uma vez atingido pela ação covarde de assassinos." Ao fazer a afirmação, o senador



Geraldo Cândido: "Lista interminável de vítimas"

Geraldo Cândido (PT-RJ) prometeu não calar sua voz enquanto os criminosos não estiverem na cadeia.

Geraldo Cândido enfatizou que há uma "lista interminável" de pessoas assassinadas, principalmente militantes do MST e do PT. Ele disse que as mortes se avolumam desde a década de 80 e citou alguns exemplos, como a sindicalista Maria Margarida Alves, o líder rural Sebastião Lan (de Cabo Frio, RJ) e o seringueiro e ecologista Chico Mendes. No mês passado, lembrou, foi assassinado no Rio de Janeiro o casal de militantes do PT e dirigentes sindicais, Edma e Marcos.

Salientando que os crimes são estimulados pela impunidade, Cândido disse que vai cobrar providências do governo do estado, do secretário de Segurança Pública, do ministro da Justiça e de todos que têm poder de investigação para que sejam descobertos e punidos os matadores de Dorcelina. Manifestou ainda solidariedade aos familiares da prefeita e à população de Mundo Novo (MS).

Maldaner ressalta necessidade de profunda reflexão sobre o tema

O assassinato da prefeita de Mundo Novo, Dorcelina Folador, "chocou o Brasil inteiro e ultrapassou até mesmo suas fronteiras", comentou ontem o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), que registrou a solidariedade dos catarinenses à família e ao PT. Para ele, o crime "convida a uma reflexão sobre o que está ocorrendo com o país", dada a violência crescente que o caracteriza.

Casildo Maldaner mencionou que matéria sobre o assunto publicada pelo jornal *Folha de S.*



Casildo Maldaner: Brasil pode se tornar "uma grande Febem"

Paulo foi ladeada por outra notícia em que era anunciado o lucro de R\$ 10 bilhões auferido pelos bancos nos três primeiros trimestres do ano. A evidência de tais contrastes, na opinião do senador, provavelmente está na origem da intranquilidade e da falta de segurança que hoje dominam os brasileiros.

As autoridades competentes devem se dedicar com mais profundidade à tarefa de garantir segurança e combater a impunidade, ou "em pouco tempo o país virará uma grande Febem", alertou.

Gilvam Borges defende leis severas contra a criminalidade

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse, ao manifestar seu voto favorável aos requerimentos de pesar pela morte da prefeita de Mundo Novo (MS), Dorcelina Folador, que é necessária uma reforma ampla para combater a onda de violência que atinge o Brasil. Ele defendeu a aprovação de leis severas e fortes para inibir os crimes.

Na opinião do senador pelo Amapá, o Brasil está atravessando uma crise moral. Ele justificou sua afirmação citando "escândalos sucessivos" ocorridos no Poder Judiciário, a existência de "bandidos com mandatos delegados pelo



Gilvam Borges: reforma ampla contra "crise moral"

povo" no Poder Legislativo e os assassinatos em todo o país que vitimam "cidadãos de bem".

Os baixos salários pagos a magistrados e parlamentares foi citado por Gilvam Borges como uma das causas para o Legislativo e o Judiciário estarem enfrentando problemas. "Juízes federais e outras autoridades do Poder Judiciário recebendo uma miséria se tornam vulneráveis. O mesmo acontece com os parlamentares do Congresso, autoridades constituídas pelo voto popular, ganhando pouco mais de R\$ 4 mil, e com a importante atribuição de fazer leis", comentou.

Para Alencar, fenômeno coloca democracia em risco

A própria democracia começa a correr riscos quando as instituições públicas, em vez de coibirem, transigem com atividades fora da lei, observou o senador José Alencar (PMDB-MG) ao registrar a solidariedade de seu estado a Mato Grosso do Sul e ao PT pelo assassinato da prefeita de Mundo Novo.

– Ela tinha compromisso com



José Alencar: "Família brasileira está consternada"

o município que dirigia, tanto que seu índice de aceitação chegava a 80%. E isso praticamente no último ano de seu mandato – enfatizou.

Segundo o senador, "a família brasileira está consternada, especialmente os que militam na vida pública". Ele defendeu que se investigue o assassinato "de forma rigorosa e radical".

Maguito sugere ação do Congresso contra crime



Heloisa disse que não vai admitir a impunidade

Heloisa Helena: "É uma estrela que se apaga"

"É uma estrela que se apaga", disse a senadora Heloisa Helena (PT-AL), ao referir-se ao assassinato da prefeita Dorcelina Folador. "Não vamos admitir impunidade", enfatizou a senadora, afirmando que a prefeita petista teve seu mandato "roubado pela estrutura do crime organizado e do narcotráfico".

Figura importante do PT, do Movimento Sem Terra e do Movimento Nacional dos Deficientes Físicos, "Dorcelina Folador, mesmo com suas limitações físicas, acabou com o tráfico de crianças que imperava no município", disse a senadora.

Heloisa Helena manifestou também sua expectativa de que a CPI do Narcotráfico se desloque para Mato Grosso do Sul e apure todas as denúncias feitas pela prefeita. Da Polícia Federal e do Ministério Público, acrescentou, espera-se que ofereçam todas as garantias para que as investigações sejam levadas a bom termo.

Quintanilha cobra rápida apuração do homicídio

Ao prestar solidariedade em nome do seu partido, o PPB, à população de Mundo Novo, ao povo de Mato Grosso do Sul e, especialmente, aos familiares da prefeita Dorcelina Folador, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) afirmou que as autoridades brasileiras

Quintanilha defendeu ações de combate à violência



precisam adotar medidas urgentes para investigar e apurar o crime. Ele também defendeu ações para combater a violência que se alastra em todo o país:

– Não podemos nos conformar com atitudes brutais como esta, que se repetem no Brasil, banalizando o crime. Que sociedade é essa em que as idéias não são combatidas no plano das idéias? Pela estatura moral, pela condição de liderança que a prefeita assumiu na sua vida pública, conquistando



Falando em seu nome, dos dois outros senadores de Goiás – Iris Rezend e Mauro Miranda, ambos do PMDB – e da população do estado, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) expressou ontem "os mais profundos sentimentos e a mais profunda indignação pelo crime praticado contra Maria Dorcelina de Oliveira Folador, prefeita ilustre,

inteligente, competente, idealista, que vinha resgatando os compromissos assumidos com sua gente de Mundo Novo":

– Acho que precisamos refletir mais a respeito de determinados crimes que têm acontecido no Brasil. Eu assumi esta tribuna há poucos dias e lembrei que um ex-secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, o bispo da minha cidade de Jataí, em Goiás, os prefeitos das cidades goianas de Buriti Alegre e de Monte Alegre, o vice-prefeito de Anicuns e o ex-prefeito de

Maguito lembrou ter discursado há poucos dias para relatar assassinatos ocorridos em Goiás



Cesarina foram assassinados nos últimos meses. Eu acho que o Senado e o Congresso Nacional devem discutir sobre os crimes nos quais estão envolvidos a pistolagem e o crime organizado. A punição tem que ser diferente também para estes tipos de crimes – sugeriu Maguito.

Alcântara lembra "trabalho exemplar" para evitar corrupção

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apoiou o requerimento de pesar pela morte da prefeita. "Foi um crime bárbaro, cometido contra uma prefeita que estava realizando trabalho exemplar contra ilícitos de corrupção, narcotráfico e comércio irregular."

Alcântara disse que o fato deve servir de alerta para que a sociedade não aceite mais esse estado de coisas no país. "Estamos vendo a banalização da morte violenta. Os crimes permanecem sem punição, seus autores materiais e intelectuais não são descobertos e, quando conhecidos, não recebem a puni-



ção adequada", denunciou.

Alcântara classificou o assassinato de "ato traiçoeiro" e lembrou levantamento feito pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre mais de 50

Alcântara condenou o "ato traiçoeiro" e lembrou o assassinato de mais de 50 prefeitos em tempos recentes

assassinatos de prefeitos, ocorridos em tempos recentes. "Não há estado subdesenvolvido ou desenvolvido nessa conta, esse tipo de crime vem acontecendo em todas as regiões brasileiras. Além da violência contra pessoas, esses episódios representam agressões contra o estado de direito", concluiu.

Senador pede pacto para combater violência social

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) fez um apelo para que o Estado brasileiro "retome, com urgência, um diálogo fértil com a sociedade, de modo a restaurar o espírito de um pacto coletivo, capaz de transfigurá-la em um cenário coletivamente solidário e produtivo". O senador atribuiu à crise econômica aliada à falência dos valores morais as principais causas da violência que hoje ameaça os brasileiros.

Os frequentes atentados e assassinatos cometidos por alunos contra seus colegas e funcionários dentro das próprias escolas, nos Estados Unidos, também foram citados por Alcântara como influência negativa para os brasileiros. Segundo o senador, por detrás desses surtos de violência, está a opção feita pelos grandes centros capitalistas:

– O fenômeno da alienação na

modernidade não acontece por acaso, nem tampouco difusamente. O sistema de poder instalado funciona de sorte a bem camuflar sua ideologia de controle, vigilância, repressão e exclusão – denunciou.

De acordo com o senador, a era da informação virou a era do entretenimento, cuja mola propulsora mais significativa consiste na exploração da violência. Por sua vez, acrescentou, as crianças crescem sem referências morais "e ficam à mercê da babá eletrônica". O governo brasileiro, disse Alcântara, tem consciência disso e toma suas providências:

– O ministro da Educação, Paulo Renato, numa frase muito inspirada, definiu a competência da educação para além da transmissão de conhecimento, estendendo-a para as fronteiras da formação do caráter das pessoas – aplaudiu Alcântara.



Tuma: "Dorcelina foi assassinada por marginais que a queriam acovardada"

Tuma: Dorcelina morreu porque não estava sendo protegida

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse ontem que a prefeita de Mundo Novo (MS), Dorcelina Folador, assassinada no sábado, vinha sendo ameaçada há muito tempo e não recebeu a devida proteção. Conforme o senador, muitos outros representantes do povo comprometidos com programas moralizadores estão correndo o mesmo risco, o que põe as autoridades responsáveis pela segurança do país frente ao desafio de combater o crime com maior rigor.

Disse-se chocado com o assassinato da prefeita, Tuma clamou a sociedade a se unir contra a onda de violência que preocupa o Brasil:

– Dorcelina foi assassinada por marginais que a queriam acovardada. A nossa revolta tem que ser mais forte. Não podemos deixar impune esta morte – afirmou o senador.

Plenário discute limite às medidas provisórias

Os senadores começam a debater substitutivo aprovado ontem por unanimidade pela CCJ, que amplia a vigência das MPs para 60 dias e proíbe que elas determinem o seqüestro de bens, poupança ou qualquer ativo financeiro

O plenário do Senado inicia hoje a discussão em primeiro turno do substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) às alterações feitas pela Câmara na proposta de emenda constitucional (PEC) da Casa que impede a reedição de medida provisória (MP) pelo Poder Executivo, além de dar nova disciplina à sua análise pelo Congresso Nacional.

O substitutivo foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e teria que esperar prazo de cinco dias, depois de sua publicação em avulsos, para ser incluída na pauta, de acordo com o Regimento Interno. Os senadores decidiram aprovar durante a sessão plenária requerimento do líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), para dispensa dos prazos obrigatórios, o que possibilitou sua imediata inclusão na Ordem do Dia.

A PEC original, de iniciativa do então senador Esperidião Amin, já havia sido aprovada pela Casa, também na forma de substitutivo, e enviada à Câmara, que a apreciou e devolveu ao Senado, com alterações. Fogaça aproveitou partes das propostas do Senado e da Câmara e é o resultado de suas conclusões que irá a plenário hoje.

Entre as modificações da Câmara acolhidas pelo relator, está a ampliação do prazo de vigência das MPs dos atuais 30 para 60 dias, prorrogáveis por igual período. Fogaça rejeitou, porém, alteração da Câmara que mantinha o atual sistema de votação das MPs, realizada em sessões conjuntas do Congresso Nacional. Pelo substitutivo, as matérias passam a ser examinadas pelo Senado e pela Câmara, separadamente, cabendo a uma comissão mista de deputados e senadores emitir parecer sobre cada uma delas.

— Sabemos que é difícil assegurar o *quorum* nas sessões do Congresso — justificou o senador.

O substitutivo procura garantir a análise de MP no período de sua vigência. Caso a medida não seja apreciada em até 45 dias, ela entra em regime de urgência, sobrestando os demais itens da pauta da Casa em que se encontrar em análise. Contém também a proibição de que seja reeditada, na mesma sessão legislativa, MP que tenha sido rejeitada ou perdido sua eficácia por decorso de prazo naquele ano.

O texto relaciona matérias que não poderão ser objeto de MPs, como o seqüestro de bens, de poupança ou de qualquer ativo financeiro.



O substitutivo de Fogaça, aprovado pela comissão, será agora examinado em primeiro turno pelo plenário

Instrumento permite ao Poder Executivo legislar, avaliam senadores

As medidas provisórias (MPs), previstas na Constituição de 1988, deveriam ser um instrumento do parlamentarismo e acabaram se transformando em uma maneira de o Executivo legislar. Essa foi a opinião expressa ontem por senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), durante a discussão do substitutivo do senador José Fogaça à proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita o uso das MPs.

Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), o abuso na edição de MPs foi possibilitado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que permitiu a indefinida reedição das medidas. Apesar de acreditar que o substitutivo de Fogaça aprimora a análise das MPs pelo Legislativo, Simon preferiu abster-se da votação.

— O país está sendo governado por medidas provisórias. O que está acontecendo hoje é o escândalo dos escândalos, pior que a ditadura dos decretos-leis. A Constituinte e o Congresso Nacional não têm culpa. Quem tem culpa é o STF, que interpretou a Constituição — afirmou Simon, em concordância com o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que lembrou que o mecanismo foi incluído na Constituição enquanto ainda se discutia a adoção do parlamentarismo.

Favorável ao parecer de Fogaça, o senador José Eduardo Dutra (PT-

SE) criticou a sistemática de análise das MPs no Congresso. Para ele, a maioria do governo no Legislativo prefere que não haja *quorum* nas reuniões para apreciação das MPs, sem que isso apresente qualquer problema para as votações na

Câmara ou no Senado.

— Já está provado que esse processo de tramitação não funciona. Temos que acabar com essa terceira Casa Legislativa que é o Congresso Nacional — afirmou Dutra, seguido pelo senador Lú-

cio Alcântara (PSDB-CE), que anunciou a intenção de apresentar PEC para acabar com o exame de matérias, como vetos, em sessão conjunta do Congresso Nacional.

Alcântara recebeu o apoio do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que considera as sessões do Congresso “um comício em que a platéia não está interessada em ouvir o orador e uma humilhação para quem ocupa a tribuna”. O senador pelo Ceará alertou para o fato de que existe uma MP — ainda em vigor — que já foi reeditada 72 vezes. Para ele, esse fato é temerário do ponto de vista institucional, pois não dá a estabilidade jurídica necessária ao país.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) preferiu abster-se, por acreditar que as MPs “revo-gam definitivamente o Congresso Nacional, que é complacente com a corrupção, o autoritarismo e o arbítrio”. Ele destacou que os governadores não precisam de MPs para administrar os estados.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também absteve-se por acreditar que, se a medida provisória é um instituto típico do parlamentarismo, ela precisa ser derrubada. O senador José Alencar (PMDB-MG) observou que as MPs colocam o Congresso em situação de inferioridade.

Prorrogação de incentivos por meio de MP é criticada

Durante a discussão ontem da proposta de emenda à Constituição que limita o uso de medidas provisórias, os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania condenaram a prorrogação, por medida provisória, dos benefícios fiscais oferecidos por lei à indústria de informática. A MP foi usada como exemplo da exacerbção dos poderes do Executivo.

Na presidência da CCJ, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) se disse indignado pelo ato do Executivo, pois a lei que trata da prorrogação dos incentivos para o setor de informática está em negociação no Senado Federal, depois de ter sido aprovada na Câmara dos Deputados. “A medida provisória está fazendo aquilo que nós deveríamos aprovar ou não. Isso é uma fraude!”, afirmou Tebet.

O senador Bernardo Cabral destacou que a concessão dos incentivos fiscais não está sequer prevista no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias. “O governo embutiu esse dispositivo de forma oblíqua, vergonhosa e covarde, em desrespeito ao Poder Legislativo, que estava examinando a matéria”, declarou Cabral.

Segundo o senador Pedro Simon, a extensão do prazo para os incentivos foi inserida em uma MP que dispõe sobre a Cofins, sem fazer qualquer referência à indústria de informática. “Ou seja, um contrabando total!”, criticou Simon.

Para o senador Lúcio Alcântara, a inserção de artigo prorrogando a lei que instituiu a isenção fiscal é “completamente esdrúxula”, pois afronta a lei complementar que estabelece que as normas legais não podem conter matéria estranha ao seu objeto.

CCJ aprova normas que facilitam vida de deficientes

Projeto do Executivo, já aprovado pela Câmara, determina que áreas urbanas, edifícios públicos e privados, veículos e sistemas de comunicação devem adaptar-se para atender às pessoas com necessidades especiais

Foi aprovado por unanimidade ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), parecer favorável ao projeto de lei da Câmara, de autoria da Presidência da República, que estabelece normas gerais para o acesso de pessoas deficientes em áreas urbanas, edifícios públicos e privados, veículos e sistemas de comunicação. O projeto será votado pelo plenário.

O relator da matéria, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), disse que o projeto é de grande importância e regulamenta dispositivo constitucional que determina a facilitação de acesso aos bens e serviços coletivos para os portadores de deficiên-



Lúcio Alcântara

cia física, sensorial e mental.

De acordo com a proposição, os banheiros de uso público deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam aos deficientes. Da mesma forma, os estacionamentos de veículos deverão reservar vagas para os deficientes, e as vias públicas, parques e demais espaços urbanos deverão ser adaptados para que dêem amplo acesso aos portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Os sinais de trânsito, semáforos e postes de iluminação a ser instalados em itinerário ou espaço de acesso para pedestres, conforme o pro-

jeito, deverão ser dispostos de forma a não dificultar ou impedir a circulação e de modo que possam ser utilizados com a máxima comodidade. Também a construção, ampliação e reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão prever locais de acesso aos deficientes. Os veículos de transporte coletivo cumprirão os requisitos de acesso estabelecidos por normas técnicas específicas.

Fica criado, no âmbito da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Eliminação de Barreiras Arquitetônicas, Urbanísticas, de Transporte e de Comunicação, com recursos orçamentários da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde).

Proposta que altera Previdência só será votada na quarta-feira

O presidente em exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Ramez Tebet (PMDB-MS), concedeu ontem vista coletiva do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de autoria do Executivo, que altera a legislação da Previdência Social e a forma de cálculo para a concessão da aposentadoria para o setor privado. O pedido de vista foi feito pelos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Moreira Mendes (PFL-RO) e a matéria voltará a ser examinada na reunião da próxima quarta-feira.

O projeto recebeu parecer favorável do relator na CCJ, senador Romeu Tuma (PFL-SP), que disse não ter visto inconstitucionalidade na proposta do Executivo, como alegaram a senadora Heloísa Helena (PT-AL) – durante a discussão da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) – e o senador José Eduardo Dutra, autor da proposta de um acordo de lideranças para que o assunto fosse enviado à CCJ.

Segundo Tuma, a adoção do chamado “fator previdenciário”, criado para calcular a obtenção do salário-de-benefício, “não fere o texto magno, ao contrário mesmo, o cumpre”. O fator previdenciário, acrescentou, pode elevar a aposentadoria dos segurados que adiarem a solicitação do benefício e pode também reduzir o valor da aposentadoria dos que se aposentarem



Dutra foi o autor da proposta de acordo de lideranças para que assunto fosse enviado à CCJ



Moreira Mendes pediu vista do projeto que introduz na legislação o chamado “fator previdenciário”

mais cedo, mesmo que tenham cumprido 35 anos de contribuição.

O valor da aposentadoria, de qualquer forma, explicou, não poderá ser inferior ao salário mínimo nem superior ao teto de benefícios do regime geral da Previdência Social, que atualmente é de R\$ 1.255,32:

– O fator previdenciário deve ser multiplicado pela média dos salários-de-contribuição para a obtenção do salário-de-benefício. Trata-se de uma fórmula complexa, constante do anexo da proposição que, essencialmente, introduz como variáveis para o cálculo da aposentadoria a idade e a expectativa de sobrevivência no momento da aposentadoria e o tempo de contribuição – explicou Tuma.

Como exemplo, o relator citou o de uma mulher que tenha começa-

do a trabalhar aos 14 anos de idade e pretenda aposentar-se após 30 anos de contribuição, quando atingir 44 anos. Essa mulher terá um fator previdenciário de 0,564120708, e receberá pouco mais de 56% da média de seus salários-de-contribuição. Se essa mulher, entretanto, decidir se aposentar apenas quando atingir 60 anos de idade, quando tiver contribuído 46 anos para o sistema, seu fator previdenciário será mais alto e ela receberá um aumento de mais de 60% sobre a mesma média, acrescentou.

As três emendas apresentadas ao projeto foram rejeitadas por Tuma. Elas pretendiam restabelecer aposentadoria excepcional para os anistiados e impedir a dualidade na incidência de contribuição previdenciária sobre as cooperativas.

Mozarildo quer reabilitar imagem do funcionalismo

As comemorações do Dia do Funcionário Público, dia 28 de outubro, constituíram uma oportunidade para que o governo federal e a sociedade brasileira como um todo fizessem uma reparação pública a esta categoria profissional. A sugestão foi feita pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR),

ao fazer um balanço de injúrias que, segundo ele, têm sido lançadas contra o funcionalismo público brasileiro.

“De corrupto contumaz a preguiçoso marajá”, foi a representação que Mozarildo atribuiu ao imaginário nacional, fruto de uma campanha arquitetada contra os servidores públicos. A categoria, avaliou, é usada como desculpa para a má gestão do Estado brasileiro.

O senador advertiu que a exploração do funcionalismo como



Para Mozarildo, servidor público tem servido de “bode expiatório”

“bode expiatório” de todos os males e desvios do setor público se prestou a disfarçar as verdadeiras causas da ineficiência da máquina governamental:

– Há cinco anos sem aumento e submetidos a uma sucessão de confiscos, eles continuam sendo condenados injustamente. Basta de tanta humilhação. É hora de reconhecer

que houve um exagero desproporcional na acusação, na condenação e na penalidade arbitrariamente impostas aos servidores. Em que pese a procedência com que se propunha uma reforma no setor público, nada justifica a ira com que a sociedade brasileira se indispôs contra o serviço público. Temos que trabalhar na direção da reconciliação dessas duas esferas, de modo a resgatar a confiança e o prestígio de que, até há pouco tempo, sempre gozou o funcionalismo junto à coletividade – afirmou.

Projeto obriga seguradoras a pagar valor da apólice

Projeto do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) obriga as seguradoras a indenizarem os proprietários de veículos automotores, no caso de perda total do bem, pela importância segurada constante da apólice.

Na justificativa do projeto, o senador Eduardo Siqueira Campos lembra que as seguradoras que operam no ramo de veículos sistematicamente recusam-se, no caso de perda do bem, a pagar os segurados pelo valor constante da apólice, pagando pelo preço médio praticado no mercado.

Assim, ao longo dos anos, observa o senador, vêm-se acumulando nos tribunais ações promovidas por proprietários prejudicados, que pleiteiam o pagamento da indenização a que fazem jus pelo valor da apólice.

Ele acrescenta que, em recente decisão, o Superior Tribunal de Justiça determinou que as seguradoras estão

obrigadas a indenizar os segurados proprietários de veículos, no caso de perda total, pelo valor da apólice contratada, e não mais – como vinham fazendo – pelo valor médio de mercado:

– A decisão deve configurar diploma legal, a fim de que a Justiça não mais seja acionada em questão já decidida por orientação jurisprudencial, tendo seus trabalhos congestionados inutilmente, só para que seguradoras inescrupulosas adiem o pagamento das indenizações devidas, na hipótese em tela – argumenta o senador.

Conforme a proposta, a seguradora que contrariar a norma ficará sujeita ao pagamento de multa equivalente ao dobro do valor constante da apólice. Em caso de reincidência, a sociedade seguradora poderá ter suas atividades suspensas por até 60 dias.



Eduardo: medida contra as seguradoras “inescrupulosas”

Francelino saúda linha de laminação a frio da Usiminas

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) comemorou a inauguração da nova linha de laminação a frio da Usiminas, em Ipatinga (MG), no último dia 26. A cidade fica no chamado Vale do Aço, a 220 quilômetros de Belo Horizonte. O evento contou com a participação do presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

De acordo com Francelino, a capacidade de produção da nova linha será de um milhão de toneladas de aço por ano e sua inauguração marca a conclusão do plano de investimento da empresa iniciado em 1996, no valor total de US\$ 1,45 bilhão.

“Com esse plano, a Usiminas promove a atualização tecnológica de seus processos industriais e fortalece sua posição no segmento de aços nobres, ao mesmo tempo em que aumenta a oferta para atender à indústria”, avaliou.



Francelino diz que Usiminas fortalece posição no segmento de aços nobres com a nova unidade

lece sua posição no segmento de aços nobres, ao mesmo tempo em que aumenta a oferta para atender à indústria”, avaliou.

Amorim propõe política nacional de saneamento

Senador diz que distribuição desigual de água tratada e serviço de esgoto torna a população carente ainda mais vulnerável

Referindo-se à Conferência Nacional de Saneamento, realizada de 20 a 22 de outubro, na Câmara dos Deputados, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) destacou a importância do tema. Ele informou que, no Brasil, 40 milhões de pessoas não têm acesso à rede pública de água e 100 milhões não dispõem de esgoto.

Conforme o parlamentar, apenas 65% da população com renda mensal de até dois salários mínimos têm acesso ao abastecimento público de água, enquanto 97% com renda superior a cinco salários mínimos recebem água encanada. Em sua opinião, “essa distribuição desigual do acesso aos serviços torna ainda mais vulnerável a população excluída que, em sua totalidade, nem conhece o que é serviço público”.

co e que é serviço público”.

Ele também afirmou que, como serviço essencial, o saneamento tem repercussão direta sobre a saúde, desenvolvimento econômico, urbanização, meio ambiente, recursos hídricos, geração de empregos e qualidade de vida da população. Amorim observou que um tema com tantas implicações requer discussão ampla, para reunir contribuições de vários setores visando à formulação de uma verdadeira política nacional de saneamento.

O parlamentar disse conhecer a fundo esse problema, pois, como prefeito de Ariquemes (RO), administrou uma cidade conhecida internacionalmente como a capital mundial da malária. Ele informou que, em menos de um ano, rever-



Amorim: 40 milhões não têm acesso à rede pública de água e 100 milhões não têm esgoto

teu esse quadro, levando água de boa qualidade, fossas sépticas e outras providências de saneamento básico para a população.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

5h45 – Seminário – 2º Seminário sobre Questões dos Medicamentos
8h25 – *Senado em Pauta*
8h30 – *Entrevista* – Senador Pedro Simon fala sobre instabilidade política
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – *Debate* – Senador Luiz Estevão e a cineasta Marisa Leão falam sobre o cinema brasileiro
10h – Sessão Plenária (ao vivo)
14h – *Entrevista* – Senador Pedro Simon fala sobre instabilidade política
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 – *Entrevista* – Senador Leomar Quintanilha fala sobre violência urbana
19h – *Cores do Brasil* – Pará.
19h30 – *Debate* – Senador Alberto Silva e Raimundo Garrido, secretário de Recursos Hídricos, falam sobre a Agência Nacional de Águas
20h30 – *Entrevista* – Senador Pedro Simon fala sobre instabilidade política

21h – *Jornal do Senado*

21h25 – *Senado em Pauta*

21h30 – *Debate* – Senador Luiz Estevão e a cineasta Marisa Leão falam sobre o cinema brasileiro

22h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
10h – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação

Simon fala hoje à TV Senado sobre caso Cemig

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) é o convidado do programa *Entrevista* de hoje na TV Senado. Entre outros assuntos, o senador fala sobre o episódio que envolveu o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, e empresários norte-americanos que reclamaram de decisão do governador que suprimiu privilégios concedidos a acionistas minoritários estrangeiros na Companhia Energética de Minas (Cemig) e acusa o governo federal de contribuir para tornar ainda mais instável a situação política e econômica do país e as relações entre os poderes. Simon condena nota divulgada pelo governo federal, na qual o governador é chamado de “colonizado” e diz estranhar o fato de o governo criticar Itamar Franco em vez de protestar contra uma nota da embaixada americana atacando a decisão de suprimir privilégios de investidores americanos na Cemig. O programa vai ao ar às 8h30, 14h e 20h30.

Patrocínio faz alerta sobre adulteração de combustíveis

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) fez um alerta sobre a gravidade da adulteração de combustíveis automotivos que, segundo afirmou, vem ocorrendo “em um cenário extremamente amplo”. As fraudes, disse o senador, abrangem mais de 160 distribuidoras e 25 mil postos de abastecimento. Patrocínio explicou que a mistura de outros componentes mais baratos, como o álcool anidro, o solvente e mesmo a água, fora dos limites permitidos, tem efeitos danosos do ponto de vista técnico e econômico.

Carlos Patrocínio alertou para o fato de que, além da redução do desempenho, do aumento do consumo e do desgaste das partes internas do motor, o combustível adulterado reduz a incidência tributária e a arrecadação aos cofres públicos. Para o senador, a constatação fundamental é de que o sistema de fiscalização da qualidade dos combustíveis na ponta da distribuição é ineficiente ou mesmo inexistente.

O senador lembrou que a regulação e a fiscalização do setor esteve-

ram sob a coordenação do Conselho Nacional de Petróleo (CNP), depois transformado em Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), vinculado ao Ministério de Minas e Energia, e disse que a fragilidade institucional e organizacional da Agência Nacional de Petróleo (ANP) não permitiu a continuidade de um trabalho sistemático de fiscalização.

– A celeridade dos processos de privatização e a conseqüente implantação de mecanismos imperfeitos de controle redundaram em ônus para a sociedade, resultante de comportamentos inadequados por parte dos agentes envolvidos nos referidos setores, sem que houvesse a viabilidade de fiscalizar e punir os infratores – assinalou o senador.

Patrocínio lamentou, citando reportagem publicada na imprensa, que funcionários especializados em fiscalização no setor de petróleo e combustíveis, vinculados ao extinto DNC, estejam afastados de suas funções por decisão do Ministério de Minas e Energia, seguindo uma política de redução de quadros.



Patrocínio: fraudes em mais de 160 distribuidoras e 25 mil postos

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Relator apresenta hoje conclusões sobre Basa

O senador Paulo Souto lembra que os R\$ 81 bilhões referentes a indenização devida pelo Banco da Amazônia a uma empresa madeireira equivalem a quatro vezes o patrimônio da Petrobras, a maior empresa brasileira

Atendendo a requerimento do relator da CPI do Judiciário, senador Paulo Souto (PFL-BA), o presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), remarcou para hoje, a partir das 9 horas, a apresentação do relatório sobre o caso da condenação bilionária sofrida pelo Banco da Amazônia S. A. (Basa). A leitura do relatório estava prevista para a tarde de ontem.

O processo que condenou o Basa a indenizar a Sociedade Anônima Brasileira da Indústria da



Madeira (Sabim) envolve valores que chegam a R\$ 81 bilhões, de acordo com cálculos efetuados por peritos contábeis da Justiça do Pará,

e que foram denunciados à CPI. O valor, segundo o relator Paulo Souto, representa, por exemplo, quatro vezes o patrimônio da Petrobras, a maior empresa brasileira.

Na abertura da reunião da CPI, Tebet falou sobre o assassinato da prefeita de Mundo Novo (MS), Maria Dorcelina de Oliveira Fola-

dor. Ele manifestou sua indignação com o fato e repudiou os atos de violência que estão ocorrendo no Brasil. O senador por Mato Grosso do Sul defendeu punição exemplar para os crimes como pistolagem e narcotráfico.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) solidarizou-se com a intervenção de Tebet e lembrou que no estado que ele representa, Goiás, recentemente foram assassinados três prefeitos. Por sua vez, o senador Djalma Bessa (PFL-BA) lamentou que o Brasil tenha chegado ao ponto de serem constituídas organizações para sustentar e manter o crime.



Os senadores Paulo Souto e Ramez Tebet acompanham os depoimentos de Beatriz Rondon e Alexandre Shlessarenko

Filha de ex-desembargador morto em 1976 diz que não recebeu herança

Em depoimento prestado ontem à CPI do Judiciário, a professora Beatriz Rondon Joaquim contou aos senadores que, apesar de ser a única herdeira legítima de seu pai, o ex-desembargador Péricles Rondon, até hoje nada recebeu dos bens deixados quando ele faleceu, em 1976. Ela disse que o único que se beneficiou do espólio foi o desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, seu meio-irmão, Ernani Vieira de Souza.

Beatriz relatou que sua mãe, Mariana Rondon, morreu em 1937, um ano depois do seu nascimento. Por esse motivo, ela foi criada pela bisavó, na casa onde reside até hoje, no município de Rosário Oeste (MT), a 120 km de Cuiabá. Segundo a depoente, em 1940 Péricles Rondon casou-se com Elza Vieira, mãe do desembargador Ernani Vieira de Souza,

mesmo sem ter sido finalizado o inventário da primeira esposa, Mariana, com quem tivera a filha Beatriz.

Do inventário da mãe, Beatriz revelou que nada recebeu. Em 1976 morreu o pai, Péricles Rondon, e a depoente disse que também não lhe coube qualquer parte do espólio, que, segundo ela, incluía fazendas e cabeças de gado. Sentindo-se lesada, ela afirmou em seu depoimento que tentou contratar um advogado em Cuiabá. Mas nenhum deles se interessou pelo caso, segundo a depoente, por receio do desembargador Ernani Vieira.

A visita recebida por Beatriz do então juiz da Infância de Cuiabá, Donato Fortunato, foi citada pela depoente como um dos acontecimentos estranhos que ocorreram desde que ela entrou com uma ação na Justiça requerendo os

bens que lhe caberiam na herança do pai. Ela disse que o magistrado lhe sugeriu que desistisse da causa, "pois não daria em nada".

ADVOGADO

O advogado Alexandre Shlessarenko, contratado pela professora Beatriz Rondon Joaquim para tentar reaver a herança deixada pelo pai, o ex-desembargador Péricles Rondon, disse aos integrantes da CPI do Judiciário que o valor dos bens deixados pelo magistrado ultrapassariam R\$ 1 milhão.

Alexandre Shlessarenko, que atua em São Paulo, afirmou que vários fatos estranhos aconteceram no processo em que a professora tenta reaver os bens da herança que julga ser do seu direito. O primeiro deles, segundo o advogado, foi o desaparecimento dos autos referentes ao inventário de Péricles Rondon.

Bello Parga quer imposto permanente sobre cheques

O senador Bello Parga (PFL-MA) propôs ontem a adoção de um Imposto sobre Movimentação Financeira (IMF), nos moldes da atual CPMF, com caráter permanente e alíquota de 1%. "A sociedade clama por justiça fiscal. As inúmeras empresas que evitam o pagamento do



Bello Parga sugeriu que o Imposto sobre Movimentação Financeira tenha alíquota de 1%

Imposto de Renda e as pessoas físicas que se furtam a declará-lo se veriam obrigadas a pagar o IMF, porque não há meios para sonegá-lo", afirmou.

Bello Parga lembrou declarações do secretário de Receita Federal, Everardo Maciel, na CPI do Sistema Financeiro, quando este informou que 265 das 530 maiores empresas não financeiras do país não pagam Imposto de Renda, o mesmo ocorrendo com 28 dos 66 maiores bancos. "Dos R\$ 4,165 trilhões que transitam nas contas bancárias, R\$ 825,6 bilhões representam 'buraco negro', porque não são oferecidos à tributação", frisou.

Segundo Parga, o universo de declarantes do Imposto de Renda é, hoje, a metade dos contribuintes

da CPMF. "Os sonegadores contumazes não poderiam se safar do IMF. Cedo ou tarde, muitos poderiam ser 'descobertos' pela Receita, em função do provável acesso dessa instituição às transações bancárias acima de determinado valor."

O senador explicou que sua proposta prevê a restituição total, ou pelo menos parcial, do IMF pago. "Assim, os bons contribuintes não ficariam onerados, nem deixariam de declarar Imposto de Renda, diante da perspectiva de receber restituição", ressaltou.

Ao finalizar, Bello Parga disse que a experiência com a cobrança da CPMF demonstrou qualidades. "Sua incidência é universal, tendo sido o primeiro imposto a alcançar os setores informais da economia. Seu custo de arrecadação é baixo, graças à cobrança automática pela rede bancária. Embora sua arrecadação global seja expressiva – R\$ 8 bilhões em 1998 –, seu ônus individual pode ser insignificante, uma vez que 80% dos contribuintes pessoas físicas pagaram menos de R\$ 150 em 1997."

Gerson Camata registra falecimento de ex-deputado

Faleceu ontem, em Vitória (ES), o ex-deputado federal Oswaldo Zanello, que representou o Espírito Santo entre 1959 e 1979, "um dos mais extensos mandatos na Câmara dos Deputados", conforme registrou o senador Gerson Camata (PMDB-ES).

Falando também em nome dos senadores Luzia Toledo (PSDB-ES) e Paulo Hartung (PPS-ES), Camata apresentou condolências à viúva, Maria Frechiani, aos nove filhos e demais familiares do falecido.

Colega de João Calmon, disse o senador, o ex-deputado dedicou-se à causa da agricultura, de modo que "grande parte da riqueza agrícola do interior do estado, principalmen-



Camata recordou atuação de Oswaldo Zanello em defesa da agricultura no Espírito Santo

te da lavoura de café, deve-se à sua luta". Como secretário estadual de Viação e Obras Públicas, foi responsável pela abertura de rodovias que interligaram todo o estado.

Moreira quer fortalecer as universidades da Amazônia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) defendeu ontem o aparelhamento adequado das universidades públicas da Amazônia e a retirada das barreiras que impedem ou dificultam o exercício profissional de brasileiros que se formaram em universidades de países latino-americanos, especialmente os médicos. O senador criticou também a deficiência na oferta de cursos superiores em toda a região amazônica e afirmou que o governo federal parece estar tratando o problema com descaso.

Moreira Mendes disse que fundamentava suas críticas “na péssima distribuição geográfica dos cursos”, concentrados nas regiões Sul e Sudeste, o que aprofunda ainda mais o fosso das desigualdades regionais; no reduzido número de vagas oferecidas pelas universidades públicas, sobretudo nos cursos de Medicina, “e na insistência de grande parte dessas instituições em não funcionar no período noturno”.

Com base em informações da embaixada da Bolívia, o senador revelou que, “impelidos pelas condições adversas”, cerca de oito mil brasileiros estão matriculados nos cursos de Medicina, Odontologia e Veterinária nas universidades de Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba. Ele frisou que não há garantia alguma quanto ao reconhecimento desses diplomas por parte das autoridades brasileiras, o que deixa os jovens em dúvida quanto ao direito de exercer no Brasil a carreira para a qual se formaram. O senador disse que não há nada que desmereça os cursos bolivianos, que não foram avaliados por qualquer instituição brasileira. Para ele, o que prevalece nesse caso é o preconceito:

– E enquanto tal tipo de comportamento continuar existindo, milhares de jovens brasileiros verão sonogado seu direito de exercer uma profissão para a qual legitimamente se habilitaram. Na outra ponta, milhões de brasileiros – especialmente aqueles que habitam os mais distantes municípios amazônicos – permanecerão privados de uma assistência médica qualificada. Positivamente, não dá para aceitar!”, afirmou o senador.

Álvaro condena regras adotadas na privatização do setor elétrico

Senador acha que governo erra ao vender empresas “estratégicas”, inclusive com a concessão de financiamento pelo BNDES a uma empresa estrangeira

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) condenou ontem a aceitação de moedas podres, como no leilão da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a “piora autorizada” nos serviços prestados pela Light privatizada, a política de aumento de tarifas de estatais em vias de privatização e a concessão de financiamento do BNDES para que empresas estrangeiras participassem dos leilões de privatização e outras medidas adotadas pelo governo para privatizar o setor energético brasileiro:

– Não há como justificar tais procedimentos – insistiu o senador, que defendeu a aprovação de projeto de sua autoria que destina 23% do orçamento global do BNDES a empresas agroindustriais.

Declaração do ministro do Desenvolvimento Alcides Tápias justificando financiamento do



Álvaro afirma que privatização trouxe piora na qualidade dos serviços e aumento das tarifas

BNDES a empresas estrangeiras e assegurando que essa política será mantida pelo governo federal, feita em audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Econômicos, foi avaliada pelo senador como “infeliz e desastrosa”.

da, no mínimo”. Segundo o ministro, “faltam projetos de empresas brasileiras para financiar”, mas, para o senador, a afirmação foi desrespeitosa em relação aos empresários nacionais, submetidos à falta de crédito oficial ou às altas taxas de juros do sistema financeiro.

Dizendo não entender qual a lógica do governo ao financiar empresas que apenas remeterão lucros para suas matrizes e, com isso, acabarão por prejudicar as contas externas do país, Álvaro Dias acrescentou que o fato de os recursos do BNDES serem originários do Fundo de Amparo ao

Trabalhador (FAT) “extrapola” qualquer lógica. “O governo tem que pelo menos discutir essa questão”, defendeu.

A título de comparação, o senador questionou e respondeu: “Por que os Estados Unidos, a maior nação capitalista do mundo, não privatizaram as estatais do setor energético? Porque são estratégicas ao desenvolvimento de qualquer país”.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) fez questão de apartear o senador para que seu pronunciamento não fosse submetido “ao silêncio cúmplice da base governista”. Ela convidou os parlamentares da base de sustentação do governo a responderem ao senador paranaense diante da opinião pública. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também considerou a análise crítica de Álvaro Dias “de extrema relevância” (veja matéria abaixo).

Arruda destaca editorial sobre venda da Telebrás

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), solicitou à Mesa a transcrição integral de editorial publicado na terça-feira pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, sob o título “Mais do que uma absolvição”. O artigo refere-se ao arquivamento do processo, aberto em outubro do ano passado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para apurar eventuais irregularidades na privatização da Tele Norte Leste, uma das empresas decorrentes da desestatização do Sistema Telebrás.

Conforme o senador e o editorial, o arquivamento “fez mais do que inocentar o ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros e os ex-presidentes do BNDES André Lara Resende e José Pio Borges”. O processo foi aberto na esteira da divulga-

ção de gravações telefônicas clandestinas, utilizadas, segundo enfatiza o editorialista, “para difundir a suspeita de terem eles conspirado para favorecer um dos consórcios inscritos no leilão, o Telecom Itália, liderado pelo Banco Opportunity, entre cujos sócios figurava, então, o ex-presidente do BNDES Pérsio Arida, amigo pessoal de Mendonça de Barros e de Lara Resende”.

Para o ministro do TCU Bento José Bugarin, relator do processo, a interferência do poder público no andamento do leilão foi lícita e consonante à responsabilidade de defender o patrimônio público. Além disso, o ministro afirmou não haver informação “de que os responsáveis tenham, de algum modo, direcionado a venda de alguma empresa para determinado particular ou que tenha esse particular se beneficiado de tratamento diferenciado”.



José Roberto Arruda

Suplicy critica ajuda do BNDES em leilão da Cesp

Ao invés de financiar as micro, pequenas e médias empresas brasileiras e gerar empregos e desenvolvimento para o país, o BNDES continua ajudando empresas estrangeiras a absorver o patrimônio nacional. Esse entendimento foi manifestado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ao se juntar ontem ao protesto formulado pelo senador Álvaro Dias contra o financiamento à empresa norte-americana EAS para a compra da Cesp Tietê:

– Será que o BNDES está com recursos sobrando? Será que não está ouvindo o grito dos pequenos empresários e das cooperativas, que gostariam de obter empréstimos com juros como esses que estão sendo oferecidos às empresas estrangeiras? Será que o BNDES não tem uma estrutura capaz de descentralizar melhor os

financiamentos de que dispõe a fim de realizar os desembolsos para os segmentos que venham a criar maiores oportunidades de emprego? – questionou o senador.

Suplicy recordou que ainda na semana passada o ministro do Desenvolvimento, Alcides Tápias, e o presidente do BNDES, Andrea Calabi, estiveram na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, quando reafirmaram que as ações do BNDES seriam destinadas a fortalecer a empresa nacional com a perspectiva, sobretudo, de contribuir para a diminuição do desemprego. No entanto, logo depois, o banco realizou financiamento que aponta exatamente na direção contrária. “É preciso que a nação brasileira exija o esclarecimento em profundidade desse episódio”, advertiu Suplicy.



Eduardo Suplicy